

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA, GÊNERO, OPRESSÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Caroline Canabarro de Oliveira

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo realizar um levantamento da produção do conhecimento sobre a relação de gênero, opressão, movimentos sociais e a Educação Física. Realizamos uma busca no Banco de teses e dissertações da CAPES e nas Revistas Movimento e RBCE; não encontramos nenhum artigo, tese ou dissertação que relacionasse todos os descritores com Educação Física. Desta forma, concluímos que esta é uma área defasada para a Educação Física.

Palavras-chaves: Educação Física, Gênero, Opressão, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The objective from this research is to make a rise of the production of the knowledge of the relation between gender, oppression, social movements and the Physical Education. We conducted a search at the Bank of theses and dissertations from CAPES and Magazines Movimento and RBCE; not find any article, thesis or dissertation that lists all the descriptors with Physical Education. Thus, we conclude that this is an area lagged for Physical Education.

Key words: Physical Education, gender, oppression, social movements.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo realizar un estudio de la producción de conocimiento sobre la relación de género, la opresión, los movimientos sociales y Educación Física. Se realizó una búsqueda en el banco de teses y de disertación de la CAPES y en el revistas Movimento e RBCE; no encuentra algún artículo, tesis o disertación que se enumeran todos los descriptores con Educación Física. Así pues, llegamos a la conclusión de que se trata de una zona inferior de Educación Física.

Palabras clave: Educación Física, género, opresión, movimientos sociales.

Introdução

Após inquietações advindas do Grupo de Estudos sobre Corpo e Cultura (GRECCO) da Escola de Educação Física da UFRGS, do qual sou bolsista PIBIC e, por estar inserida no coletivo de professores e estudantes de Educação Física colaboradores da Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do acampamento Jair Antônio da Costa, situado no município de Nova Santa Rita – RS, procuro fazer um levantamento sobre a produção do conhecimento da relação entre gênero, opressão, movimentos sociais e a Educação Física.

Para realizarmos este estudo, primeiramente, buscamos sistematizar os conceitos dos termos gênero, opressão e movimentos sociais, dialogando com uma revisão

aprofundada da literatura. Posteriormente, faremos um levantamento da produção do conhecimento sobre estas relações, tendo como referências o portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas revistas da área da Educação Física, sendo elas: Revista Movimento e Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE).

Esta pesquisa é parte inicial de uma pesquisa maior a ser desenvolvida, onde pretendo observar o trato dos e das sem-terra com os temas relacionados e de que maneira os trabalhadores sem terra, organizados no MST, lidam com as relações de gênero e opressão e como a Educação Física pode avançar na produção do conhecimento com tais ações.

Conceitos

Gênero

Segundo Goellner (2005), o conceito de gênero, mesmo que observado pelos mais diversos olhares é, consensualmente, referente à construção social do sexo; como uma categoria analítica e política evidenciando que masculino e feminino são construções sociais e históricas.

O vocábulo “gênero” surge na década de 1970, através das feministas anglo-saxãs sendo utilizado para diferenciação de sexo (biológico), afirmando que “não é apenas o sexo que estabelece diferenças entre homens e mulheres, mas também aspectos sociais, históricos e culturais” (GOELLNER, 2005). Destituindo assim o determinismo biológico que afirma que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo.

Guacira Lopes Louro (1997), aponta ainda que as concepções de gênero diferem não apenas entre sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupo (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

Quer seja, o termo *gender* advindo dos Estudos Feministas anglo-saxãs, não foi simplesmente transportado para outros contextos sem que sofresse um processo de disputa, de ressignificação e de apropriação. É desta forma, que no final dos anos 1980, no Brasil, as feministas passam a utilizar o termo “gênero”.

Goellner (REFERENCIA) destaca quatro abordagens da utilização do termo que merecem atenção, tendo em vista que incorrem em confusão de ordem epistemológica, analítica, conceitual e política. Sendo elas: 1) A identificação de gênero como sinônimo de sexo; a abordagem frequentemente encontrada em pesquisas sustentadas pelo arcabouço teórico-metodológico das ciências biológicas. 2) Confusão conceitual entre identidade de gênero e identidade sexual, sendo a identidade de gênero baseada na prerrogativa de que feminino e masculino são plurais, já a identidade sexual centra seu foco na forma com que cada sujeito vive sua sexualidade. 3) O estudo de estereótipos e papéis sexuais como uma possibilidade reduzida de abordar relações de gênero. 4) Identificação entre estudo sobre mulheres e estudo de gênero; mesmo que o estudo de gênero tenha surgido a partir de estudos sobre a mulher, não é adequado entender que essa abordagem só possa acontecer no âmbito do feminino.

Guacira (1997) salienta ainda a necessidade do rompimento da dicotomia entre masculino e feminino, pois “romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de gênero”.

Opressão

O conceito de opressão é, muitas vezes, relacionado apenas às demandas das mulheres na sociedade. Mas é preciso compreender que, o conceito de opressão, é sugerido a partir das relações entre seres humanos, ou seja, um indivíduo exerce opressão sobre outro indivíduo. A discussão colocada é que as relações opressoras se estabelecem, principalmente, entre classes sociais e, possivelmente, especificadas nas relações homem x mulher, mulher x mulher, homossexuais x heterossexuais, negros x brancos, etc.

Autores como Alexandra Kolontai, William Reich, Claudia Mazzei Nogueira, na maioria marxistas, defendem que, para as mulheres posicionarem-se sobre sua situação na atualidade, é preciso que retomem e recontem a história da humanidade, fazendo uma releitura fidedigna do papel da mulher na construção da sociedade.

Em Engels (1884), na origem da organização social primitiva, ao contrário do que vivenciamos hoje, o papel da mulher era central. Ela era protagonista e base sólida do processo de humanização de homens e mulheres. Reed (2008), corroborando com Engels, aborda a questão da mulher e sua relação com o trabalho¹, subsidiando assim, a progressiva ascensão da humanidade do mundo animal à civilização. Para a autora, o problema da opressão feminina surge, paralelamente, a instauração da sociedade de classes, ou seja, com a exploração dos trabalhadores em seu conjunto.

Os mitos sobre a inferioridade da mulher são paulatinamente desconstruídos quando as mulheres chamam para si a responsabilidade de recontar sua história. O surgimento da antropologia, no início do século XX, possibilitou uma nova interpretação da história onde, as mulheres eram vistas não apenas como procriadoras, mas também como produtoras. Eram as mulheres que, na sociedade primitiva, obtinham o controle dos alimentos e sua conservação, possibilitando assim o surgimento da agricultura e da domesticação de animais, superando o estágio da coleta de alimentos, passando a cultivá-los. A simplificação da primeira divisão social do trabalho, onde homens caçavam e as mulheres cuidavam do “lar”, distorcem os papéis sociais de homens e mulheres. Uma demonstração da relevância do papel social feminino é o relato de missionários espanhóis colonizadores da América, colocado por Reed (*apud* Briffault, em *As mães*, 1927, p. 75) ao comentar a construção das casas:

“Nenhum homem contribuiu nem com o mínimo para erguer uma casa. Estes edifícios eram construídos somente pelas mulheres, as meninas e as jovens das missões. Entre estes povos era costume que as mulheres fossem as construtoras de casas.”

¹ Entendendo trabalho como definido em Marx: como fundamento do ser social, porque por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Sendo que todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento. (LESSA, 2008)

Neste relato, podemos evidenciar a contrariedade entre as relações sociais primitivas e as da atualidade. Tal contrariedade, segundo estes autores, reflete não uma escravidão ou exploração das mulheres, mas sua independência. Segundo Briffault (1927), no geral, é justamente nos povos entre os quais elas trabalham mais duramente, que são mais independentes e tem uma maior influência.

Observa-se que, o que mais atormenta os seres humanos não é o trabalho, mas sim a exploração e o trabalho forçado, característicos das sociedades classistas (escravista, feudalista e capitalista) surgidas após a emancipação do homem. Os dois sexos contribuíram para a edificação da sociedade e para o progresso da humanidade até o estágio atual. Entretanto, esta contribuição não se dá ao mesmo tempo e nem da mesma forma, caracterizando assim aquilo que se chama de desenvolvimento desigual da sociedade. No primeiro grande período de desenvolvimento social, foi a mulher quem conseguiu fazer com que a humanidade progredisse até se tornar capaz de ter algum domínio sobre a natureza superior ao reino animal e justamente por ter construído bases tão fortes e solidificadas, foram necessários menos de quatro mil anos para que a civilização alcançasse seu estágio atual.

Para os autores que defendem, delimitam e concebem a história da humanidade sob o ponto de vista marxista, torna-se possível dizer que a opressão da mulher, nada mais é do que uma consequência da sociedade de classes. Conforme o livro de Cecília Toledo (2008), que tem como título: *Mulheres – o gênero nos une, a classe nos divide*, é possível ponderar que só haverá uma libertação da mulher quando deixar de existir uma sociedade dividida em classes antagônicas, ou seja, qualquer forma de exploração do ser humano pelo ser humano.

Movimentos Sociais

Ao buscarmos o conceito de Movimentos Sociais (MS), nos deparamos com uma infinidade de termos e respostas bastante diferentes entre si. Porém, a sua origem remete (quase sempre) às mobilizações e organizações da classe proletária no início da Revolução Industrial. Independente disso, os MS surgem como uma forma de organização da sociedade, organização essa reivindicatória e objetiva. Podemos conceituar o termo como coletivo organizado de pessoas que se mobilizam e buscam um objetivo social em comum.

A simplicidade do conceito por nós elaborado pode perder em significação, caso não seja contextualizado, visto que o conceito pode ser aplicado a outras organizações sociais, que não são consideradas como MS. Como anteriormente referido, os MS surgem juntamente com a criação do modo de produção capitalista, onde a diferença de classes fica bastante evidente. Homens, mulheres, jovens, idosos, trabalhadores, trabalhadoras, etc unem-se em torno de sindicatos, organizações, partidos, onde todos pudessem se expressar democraticamente. O embate e as perspectivas de mudança davam-se nos marcos de uma transformação social, onde não bastava apenas alterar o padrão de vida de um determinado grupo, mas de toda uma classe para que a exploração do ser humano pelo ser humano também findasse.

Com o advento da Guerra Fria, posterior ao fim da II Grande Guerra, a dicotomia entre capitalismo e socialismo apresenta à sociedade uma nova versão do que se entendia por MS. Os que antes lutavam por uma transformação da ordem social, na década de 70, passam a reivindicar pautas específicas, tais como a luta dos negros, das mulheres, da juventude, assim como podemos diferenciar as lutas latinas, européias e

norte-americanas. Esses, por assim dizer, “novos” movimentos sociais pretendem, na maioria das vezes, conciliar o poder público com a sociedade civil, fazendo o papel de interlocutor dos mais variados setores. Algumas características são comuns ao que se denomina “Novos MS”, tais como o papel de incluir socialmente, a relação com o Estado, a ajuda a população – principalmente o assistencialismo – e, a busca infindável pela cidadania. Destacamos ainda que os Novos MS surgem em um contexto neoliberal, onde o Estado é mínimo para a sociedade e máximo para o capital. Chama-se este novo movimento de Terceiro Setor, que engloba as Organizações Não Governamentais (ONGs) que substituem o Estado, chamando para si o cumprimento das demandas sociais, tais como saneamento, educação, transporte, saúde, segurança, habitação, defesa ambiental, etc.

O que temos hoje, é uma diversidade de agrupamentos sociais, que buscam alterar a realidade. Entretanto, definimos como MS, apenas os agrupamentos massivos, ou seja, aqueles em que grande parte da população está envolvida, que irão intervir coletivamente na sociedade, buscando assim o protagonismo de suas ações, através da coletividade e que essencialmente alterem, transformem o modo de produção social, que busquem a superação do capitalismo como único modo de vida possível. Há uma infinidade de MS que são compatíveis com a nossa definição. Outra característica comum a imensa maioria é o fato de que esses MS serem constituídos pela população pobre e pelos indivíduos da classe trabalhadora, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a Via Campesina, etc.

Levantamento de Produções Acadêmicas

Primeiramente, é importante salientar a metodologia utilizada para que obtivéssemos o levantamento da forma mais fidedigna possível. Após estabelecermos os descritores – Educação Física; Movimentos Sociais; Gênero; e, Opressão - , buscamos nas produções algumas relações ente todos os descritores e depois separadamente. Durante a pesquisa, identificamos que os descritores opressão e movimentos sociais, ora apareciam no singular, ora no plural. Conforme fazíamos a leitura das produções, percebemos que a diferença não era conceitual ou de conteúdo, mas de forma, de afinidade com o termo, o que não causou prejuízo para a pesquisa. A seguir, apresentaremos os resultados das buscas que realizamos nas diferentes referências de pesquisa.

Portal de Teses e Dissertações da CAPES, Revista Movimento e RBCE

Na busca pelo Portal da CAPES, os resultados foram muitos, mas similares. A discrepância entre aquilo que de fato buscávamos e o que encontrávamos no portal pode, a primeira vista causar um estranhamento e uma leitura equivocada da produção acadêmica relacionada a estas temáticas, conforme tabela 1:

Gênero, Opressão, Movimentos Sociais e Educação Física	Nenhum
Gênero, Movimentos Sociais e Educação Física	11
Opressão, Movimentos Sociais e Educação Física	1
Gênero, Opressão e Educação Física	Nenhum

Embora o sistema de busca seja bastante eficaz, as possibilidades de busca abrangiam temas que transpunham o objetivo da pesquisa – um exemplo claro, é que quando colocávamos os termos “movimentos sociais” e “educação física” no campo de “busca”, várias foram as teses e dissertações encontradas que tratavam do tema do movimento humano e não dos movimentos sociais. Percebemos esta discrepância quando lemos os resumos das produções, buscando assim a superação do problema, evidenciado na tabela 2:

Gênero, Opressão, Movimentos Sociais e Educação Física	Nenhum
Gênero, Movimentos Sociais e Educação Física	1
Opressão, Movimentos Sociais e Educação Física	1
Gênero, Opressão e Educação Física	Nenhum

Nas Revistas Movimento e RBCE, não encontramos nenhum artigo que relacionasse as quatro grandes áreas, nem mesmo quando optamos pela busca com três descritores. Encontramos artigos e textos que ora abordavam, por exemplo, a temática de gênero e Educação Física, ora as questões de Educação Física e movimentos sociais, porém alinhados com outros descritores, tais como saúde. Permitindo-nos afirmar que, especificamente, com estes descritores, não há registro nas revistas supra relacionadas.

Considerações Finais

Conforme observamos os resultados, conseguimos identificar uma baixíssima produção do conhecimento e publicações, sejam elas teses, dissertações ou artigos, que abordem tais questões, o que nos sugere algumas conclusões: pouco interesse da área da Educação Física em trabalhar essas questões; necessidade de aprofundarmos essa temática e buscarmos, dessa forma, compreender como se estabelece a relação de gênero e opressão dentro dos Movimentos Sociais e suas interfaces com a Educação Física.

Considerando que esse estudo é parte de uma pesquisa maior que ainda está em desenvolvimento, e cujo objetivo primeiro era realizar este levantamento, sinalizamos o interesse desta autora em observar e sistematizar esta análise em formato de pesquisa. Buscamos, dessa maneira, entender como os Movimentos Sociais, mais especificamente o MST, relacionam-se com as questões de gênero e opressão e qual o papel que a Educação Física pode vir a cumprir nessa co-relação.

Referências Bibliográficas

GOELLNER, Silvana. Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo/SP: Editora Escala, 1884.

REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NOGUEIRA, Cláudia. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LESSA, Sérgio. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

Dados da autora:

Bolsista PIBIC GRECCO-ESEF-UFRGS

Endereço: Rua Alberto Silva 44/416, CEP: 91370-000

Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 9993.2200

Endereço eletrônico: carolesefufrgs@gmail.com